



PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER Nº 92

PROJETO DE LEI Nº 14.590

PROCESSO Nº 974

De autoria do Vereador **RODRIGO GUARNIERI ALBINO**, o presente projeto de lei altera a Lei 7.955/2012, que regula casos de vedação de nomeação para cargos em comissão, para incluir outras hipóteses vedadas.

A propositura encontra sua justificativa às fls. 03/05.

É o relatório.

1 – PARECER:

A proposta em estudo, em que pese o intento nela contido, se nos afigura inconstitucional.

Isso porque o propositura pretende incluir **critérios para provimento de cargos comissionados** (critérios de acesso ao cargo comissionado) – matéria privativa do Sr Prefeito (artigo 61, § 1º, da CF, por simetria). Todavia, a Lei 7955/2012 traz **condições de honorabilidade para provimento de cargos públicos**, matéria situada no raio de incidência do princípio da moralidade administrativa (art. 37, *caput*, da CF), cuja matéria não é privativa do Alcaide.

Noutro giro verbal, a propositura é inconstitucional pois a alteração pretendida desborda da matéria de competência concorrente (condição de honorabilidade para provimento de cargo por agente público). Nesse sentido: **TJSP, ADI nº 0301346-30.2011.8.26.0000** – e parecer da PGJ correlato (juntamos cópia):

Classe/Assunto: Direta de Inconstitucionalidade

Atos Administrativos

Relator(a): De Santi Ribeiro

Comarca: São Paulo





Orgão julgador: Órgão Especial

Data do julgamento: 30/05/2012

Data de registro: 12/06/2012

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei Municipal nº 3.441, de 30 de setembro de 2011, de Mirassol - Projeto de iniciativa de Vereador - Diploma legislativo que dispõe sobre a nomeação para cargos em comissão no âmbito dos órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo Municipal e Autarquias de Mirassol e dá outras providências - **Estabelecimento de restrições à nomeação de pessoa para o exercício de função pública inerente ao cargo em comissão - Restrições semelhantes à estabelecida pela "Lei da Ficha Limpa" (LC nº 135/2010) - Moralidade administrativa que se revela como princípio constitucional da mais alta envergadura** - Exigência de honorabilidade para o exercício da função pública que não se insere nas matérias de reserva de iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo - Ausente o vício de iniciativa - Exonerações de servidores contratados em descompasso com esta lei que não consubstancia aplicação retroativa do diploma legal - Precedentes deste Órgão Especial que cuidaram de situações análogas neste mesmo sentido Lei Municipal reputada constitucional - Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente, revogada a liminar.

2 – DA ILEGALIDADE

Em nosso sentir a proposta não encontra respaldo na Carta de Jundiaí, eis que o art. 46, IV e V, c/c o art. 72, XII, confere ao Chefe do Executivo, em caráter privativo, legislar sobre temáticas **envolvendo organização administrativa, matéria orçamentária, pessoal da administração e criação, estruturação e atribuições de órgãos da Administração Pública Municipal.**

Com o presente projeto de lei busca-se alterar a Lei 7.955/2012, que regula casos de vedação de nomeação para cargos em comissão, para exigir hipótese de formação acadêmica e experiência mínima na área de atuação quando da nomeação para cargos em comissão, estabelecendo critérios/exigências ao Poder Executivo que as normas superiores





não contemplam, e neste aspecto está se legislando concretamente em matéria situada na privativa alçada do Alcaide.

Nesse sentido, posicionamento uníssono do E. STF:

Processo: RE 370563 SP

Relator(a): Min. ELLEN GRACIE

Julgamento: 31/05/2011

Órgão Julgador: Segunda Turma

Publicação: DJe-121 DIVULG 24-06-2011 PUBLIC 27-06-2011

EMENT VOL-02551-01 PP-00053

Parte(s):

MIN.	ELLEN	GRACIE	
ANDRÉIA	DA	COSTA	
LUIS	FERNANDO	CESAR	LENCIONI
PRESIDENTE	DA	CÂMARA MUNICIPAL	DE LIMEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE LIMEIRA			

Ementa

DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME JURÍDICO. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO EXECUTIVO MUNICIPAL. INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL EM FACE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

1. A norma municipal foi declarada inconstitucional pelo Órgão Especial do TJ/SP, por violação aos arts. 24 (§ 2º, 4) e [144](#) da [Constituição do Estado de São Paulo](#).

2. **A disposição sobre regime jurídico dos servidores municipais é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, II, a e c, da Constituição Federal, de observância obrigatória pelos Municípios.**

3. É inadmissível emendas parlamentares em projeto de lei de iniciativa privativa do Prefeito Municipal visando ampliar vantagens dos servidores que impliquem aumento de despesas. Precedentes.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.





Processo: RE 374922 RJ

Relator(a): Min. ELLEN GRACIE

Julgamento: 07/06/2011

Órgão Julgador: Segunda Turma

Publicação: DJe-121 DIVULG 24-06-2011 PUBLIC 27-06-2011

EMENT VOL-02551-01 PP-00060

Parte(s):

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
SÉRGIO ANTÔNIO FERRARI FILHO E OUTRO(A/S)
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PAULO ROBERTO SOARES MENDONÇA

Ementa

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A SERVIDORES ATIVOS. EXTENSÃO AOS INATIVOS. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO EXECUTIVO MUNICIPAL. INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL EM FACE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

1. A norma do art. 5º da Lei Municipal [2.285/1995](#) foi declarada inconstitucional pelo Órgão Especial do TJ/RJ, por violação aos arts. 112, § 1º, II, a e b, e [113](#), I, c/c 342 da [Constituição do Estado do Rio de Janeiro](#).

2. **A disposição sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e autárquica dos servidores públicos municipais é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.**

3. É inadmissível emendas parlamentares em projeto de lei de iniciativa privativa do Prefeito Municipal visando estender aos inativos vantagem concedida aos servidores em atividade que impliquem aumento de despesas. Precedentes.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

Por esta razão o projeto, **sob o aspecto jurídico-formal, apresenta máculas insanáveis.**





A análise valorativa também deve levar em conta os princípios estabelecidos no art. 37, *caput e inc. V* da Constituição Federal e art. 111, da Constituição Estadual, no sentido de buscar a concretização do “resultado ótimo” para a comuna jundiaiense. Di-los, respectivamente:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

(...)

Artigo 111 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e interesse público.

Assim, depreende-se que os **critérios para provimento de cargos em comissão** é tema de **iniciativa privativa do Sr. Prefeito**. Ao estabelecer novos critérios para provimento de cargo comissionado, o vereador autor fulmina sua proposta com a chaga da inconstitucionalidade.

Eram as ilegalidades.

3 – DA INCONSTITUCIONALIDADE





A inconstitucionalidade decorre das ilegalidades apontadas, em virtude da ingerência da Câmara em área da exclusiva alçada do Prefeito, inobservando o princípio constitucional que apregoa a independência e a harmonia entre os Poderes, consagrado na Carta da Nação - art. 2º - e repetido na Constituição Estadual - art. 5º - e na Lei Orgânica de Jundiaí - art. 4º. Também afronta o art. 111 da Constituição do Estado, que apregoa a observância do princípio da legalidade.

Neste sentido, o posicionamento do TJSP em ação de direta de inconstitucionalidade:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei Complementar n° 632/20 – Norma de iniciativa parlamentar, que traça regras para o provimento de cargos públicos da administração municipal – Matéria de iniciativa legislativa reservada ao Chefe do Executivo – Afronta aos artigos 24, 2º, 4 e 144 da CE – Ação procedente.

(TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2235399-77.2020.8.26.0000; Relator (a): Moreira Viegas; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo – N/A; Data do Julgamento: 12/05/2021; Data de Registro: 13/05/2021)

Sugerimos, desta forma, ao nobre Vereador, a apresentação de indicação ao Alcaide para que considere a hipótese de implantação da medida intentada.

Nos termos do inc. I do art. 139 do Regimento Interno, sugerimos a oitiva tão somente da Comissão de Justiça e Redação, por se tratar de vício exclusivo de juridicidade.





QUORUM: maioria absoluta (art. 44, “a” L.O.M.).

Jundiaí, 27 de fevereiro de 2025.

Pedro Henrique Oliveira Ferreira

Procurador Geral

Gabriel de Jesus Ruivo da Cruz

Procurador Jurídico

Ester Vitória de Jesus Morais

Estagiária de Direito

Gabriel Gustavo Flausino Negrini

Estagiário de Direito

